

## **CURSO: Principais Impactos do novo CPC nos Juizados Especiais**

**Curso na modalidade à distância**

**PRAZO DE INSCRIÇÃO: 29/05/17 a 09/06/17 (através do Sistema de Educação Corporativa – SIEC, no site da Unicorp do TJBA: [www.tjba.jus.br/unicorp](http://www.tjba.jus.br/unicorp))**

**PERÍODO DE REALIZAÇÃO DO CURSO: 19/06/2017 a 01/09/2017**

**CARGA HORÁRIA: 30horas**

**PÚBLICO: Magistrados, Servidores, Conciliadores e Juizes Leigos**

O Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, através da Coordenação Especial dos Juizados - COJE e da Universidade Corporativa – Unicorp, está oferecendo **1.000 vagas** no curso “Principais Impactos do novo Código de Processo Civil no âmbito dos Juizados Especiais”, em parceria com O *Brasil Jurídico – Ensino de Alta Performance*, atentos à missão de proporcionar, aos profissionais do mundo jurídico, preparação e aperfeiçoamento de excelência.

O curso tem a carga horária integralmente voltada para a abordagem dos principais aspectos processuais civis da atuação dos **Magistrados, Servidores, além de conciliadores e juizes leigos**, no microssistema processual dos **Juizados Especiais Cíveis**, à vista da entrada em vigor do **novo Código de Processo Civil** (Lei n. 13.105, de 16 de março de 2015), em especial no que se refere aos seguintes itens:

*Impactos das normas fundamentais do processo civil na atuação dos Magistrados e dos Auxiliares da Justiça, no âmbito do microssistema normativo dos Juizados Especiais Cíveis.*

*Identificação do campo geral de incidência do novo CPC, frente ao microssistema normativo dos Juizados Especiais Cíveis.*

*Inovações expressamente promovidas pelo novo CPC no microssistema normativo dos Juizados Especiais Cíveis: “perpetuatio jurisdictionis” nos casos previstos no art. 275, II, do CPC/1973; aplicação do incidente de desconconsideração da personalidade jurídica; extensão do julgamento do incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR); disciplina do recurso de embargos de declaração.*

*Estímulo, pelos Magistrados e pelos Auxiliares da Justiça, à celebração de negócios jurídicos processuais atípicos e à aplicação do princípio da adequação procedimental como instrumentos para otimização da prestação da atividade jurisdicional no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis.*

*Tutela provisória.*

*Dinamização da distribuição judicial do ônus da prova e seus reflexos no procedimento dos Juizados Especiais Cíveis.*

*Reflexos da previsão expressa, no novo CPC, do julgamento parcial do mérito, por meio de decisão interlocutória, no procedimento dos Juizados Especiais Cíveis.*

*Pontos específicos, referentes a impactos do novo CPC no microssistema normativo dos*

*Juizados Especiais Cíveis:*

*Exigências formais da petição inicial e de atos postulatorios de um modo geral;*

*Preservação de prazo razoável para exercício do direito de defesa;*

*Regras de contagem dos prazos processuais;*

*Deveres das partes;*

*Litigância de má-fé;*

*Reflexos dos arts. 11 e 489, § 1º, no proferimento de decisões em processos em curso por Juizados Especiais Cíveis.*

*Impactos do novo CPC na execução, no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis:*

*Poder geral de efetivação das decisões;*

*Execução atípica;*

*Exigência de apresentação de demonstrativo discriminado e atualizado do crédito, por ocasião da deflagração da execução*

*Aplicação de multa: critério e questões relativas à existência limitação ao valor de alçada;*

*Cotejo com o texto do art. 523 do CPC*

*Impactos do novo CPC no sistema recursal dos Juizados Especiais Cíveis. Utilização do mandado de segurança como meio autônomo de impugnação de decisão judicial.*

*Campos de atuação dos conciliadores, dos juízes leigos e dos juízes togados.*